



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

### DECRETO N° 51/2026

DISPÕE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, SOBRE MEDIDAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DE FUNCIONAMENTO DOS GABINETES PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, EM RAZÃO DE AVISOS METEOROLÓGICOS DE ALTO IMPACTO DECORRENTES DE CHUVAS INTENSAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o Boletim de Avisos Meteorológicos e Alertas do Estado do Espírito Santo n° 20260121.0, atualizado às 09h do dia 21 de janeiro de 2026, que indica previsão de chuvas persistentes de intensidade moderada a forte, com possibilidade de descargas elétricas, trovoadas e vento intenso, e aviso ativo de risco Excepcional de tempo severo para o dia 21/01/2026, bem como manutenção de aviso de alto impacto para os dias 22 e 23/01/2026;

**CONSIDERANDO** que o referido Boletim registrou, nas últimas 24 horas (até 09h desta manhã), acumulado de 323 mm no Município de Linhares, evidenciando severidade do evento meteorológico e elevação do risco de ocorrências associadas;

**CONSIDERANDO** os riscos associados descritos no Boletim, notadamente alagamentos frequentes, enxurradas, inundação, queda de árvores, interrupção no fornecimento de energia e deslizamentos de terra, com potencial impacto sobre mobilidade urbana, segurança e atendimento ao público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a continuidade do atendimento e da prontidão institucional dos Gabinetes Parlamentares desta Câmara Municipal, diante do aumento de demandas da população em eventos meteorológicos severos, com observância de medidas de segurança e organização do trabalho;

**CONSIDERANDO** que compete à Presidência adotar medidas administrativas para o regular funcionamento dos serviços da Câmara, inclusive em situações excepcionais;

**DECRETA:**



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em caráter excepcional e temporário, medidas de organização do trabalho e de funcionamento dos Gabinetes Parlamentares da Câmara Municipal de Linhares, no período de 21 a 23 de janeiro de 2026, em razão de avisos meteorológicos de alto impacto decorrentes de chuvas intensas no Estado do Espírito Santo, incluindo o Município de Linhares.

**Art. 2º** Durante o período de que trata o artigo 1º deste Decreto, os Gabinetes Parlamentares permanecerão abertos e em funcionamento na sede da Câmara, durante o expediente usual, admitida operação com capacidade reduzida, desde que assegurada a presença mínima de 1 (um) servidor por Gabinete, sob coordenação da respectiva chefia.

§ 1º A escala interna, de responsabilidade da chefia do respectivo Gabinete, deverá assegurar cobertura integral do expediente, com definição do servidor responsável pelo atendimento presencial no prédio desta Câmara.

§ 2º A redução de capacidade de que trata o caput deste artigo não autoriza o fechamento do Gabinete, devendo ser mantidos os canais de atendimento ao público e de recebimento de solicitações.

**Art. 3º** Fica autorizada, de forma excepcional, a execução de atividades externas por servidores lotados nos Gabinetes Parlamentares durante o período estabelecido neste Decreto, quando necessária ao atendimento de demandas da população e ao suporte institucional em decorrência das fortes chuvas.

§ 1º Para fins deste Decreto, consideram-se atividades externas, dentre outras, atendimento em campo, diligências institucionais, encaminhamentos e articulações com órgãos municipais e estaduais, apoio a ações de resposta e orientação à população, bem como demais providências vinculadas ao mandato parlamentar e ao interesse público.

§ 2º A autorização prevista no caput deste artigo não altera lotação, regime jurídico, atribuições do cargo, nem caracteriza transformação de função, tratando-se de medida temporária de organização do trabalho.

**Art. 4º** A adoção do regime excepcional previsto neste Decreto não tem o condão de alterar, ampliar ou descaracterizar o quantitativo máximo de cargos em comissão que poderão exercer atividades de representação político-parlamentar externas, limitado a 4 (quatro) servidores por Gabinete, nos termos do inciso III do § 1º do art. 3º da Lei Municipal nº 3.888, de 25 de novembro de 2019.

§ 1º Os servidores lotados em Gabinete Parlamentar que, em regra, não estejam designados como servidores de atividades externas, quando escalados excepcionalmente para atuação externa, deverão:



# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

- I** - registrar ponto (entrada) na sede da Câmara Municipal no início da jornada;
- II** - após o registro de entrada, realizar as atividades externas autorizadas pela chefia; e
- III** - retornar ao final da jornada para registrar ponto (saída) na sede da Câmara Municipal.

**§ 2º** O período de execução de atividades externas, observado o cumprimento dos registros de entrada e saída e das atribuições designadas, será considerado tempo de efetivo exercício, sem prejuízo remuneratório e sem penalização por ausência física continuada no Gabinete durante a jornada, por se tratar de regime excepcional instituído por este Decreto.

**§ 3º** A chefia do Gabinete deverá manter registro mínimo das atividades externas realizadas, mediante roteiro sucinto diário, acompanhado de relatório fotográfico, para fins de controle administrativo e eventual prestação de informações, devendo o respectivo material ser consolidado e encaminhado até o dia 30 de janeiro de 2026 ao setor de recursos humanos desta Câmara.

**§ 4º** Em situações excepcionais de impossibilidade material devidamente justificada de comparecimento para registro presencial, como nos casos de interdição de vias, orientação oficial de segurança e evento extremo, o servidor deverá comunicar imediatamente à chefia do respectivo Gabinete, cabendo a esta comunicar o fato ao setor de recursos humanos da Câmara Municipal, para adoção da providência de registro e do respectivo abono.

**Art. 5º** Caberá às chefias dos Gabinetes, no período de vigência deste Decreto, priorizar ações e atendimentos relacionados às demandas emergenciais decorrentes das chuvas, sem prejuízo das demais atividades regulares compatíveis com o cenário de risco e com as orientações das autoridades de proteção e defesa civil.

**Art. 6º** Os efeitos deste Decreto vigoram até 23 de janeiro de 2026, podendo ser prorrogados por ato da Presidência, caso os boletins oficiais e avisos meteorológicos das autoridades competentes indiquem manutenção de cenário de alto impacto, observado o interesse público e a continuidade do atendimento institucional.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Legislativo "Antenor Elias", em 21 de janeiro de 2026.

**VEREADOR RONALD PASSOS PEREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal de Linhares